

Arrocho e desabastecimento: o que isso tem a ver com as exportações?

O desaquecimento do mercado interno pode ser atribuído às exportações? Em que medida o comércio exterior provoca problemas de suprimento de produtos no mercado interno? Apontada como principal responsável pelo excesso de liquidez da economia brasileira, as exportações acabaram por ressuscitar na última semana velhas discussões em torno de seus benefícios e malefícios.

Na tentativa de obter respostas para estas questões, o JT ouviu economistas de diversas tendências, empresários e técnicos em comércio exterior que, apesar das divergências, concluíram: as exportações não podem servir de bode expiatório. A retração de consumo interno, desabastecimento de alguns produtos, arrocho de salário e defasagem de preços praticados no mercado doméstico são problemas causados pela política econômica adotada pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e não pela boa performance das exportações.

"A discussão sobre o comércio exterior só tem razão de ser quando analisada tendo como pano de fundo a dívida externa", declara Roberto Macedo, economista da USP. "As exportações de produtos brasileiros não causam qualquer tipo de prejuízo à economia ou ao consumidor. Pelo contrário. Elas provocam desequilíbrio quando têm seus recursos todos carreados para pagamento de juros da dívida externa."

Ainda na análise dos benefícios alcançados pelo Brasil com a exportação de seus produtos, Michel Alabi, técnico da Funcex — Fundação do Comércio Exterior, revela que ao longo dos últimos 16 anos a política de promoção das exportações tem propiciado ao Brasil mais benefícios do que malefícios.

"Não podemos de forma nenhuma dizer que a expansão do comércio exterior seja incompatível com o fortalecimento do mercado interno. Primeiro porque as exportações brasileiras são mais intensivas em mão-de-obra não qualificada do que as atividades substitutivas de importações, atendendo, simultaneamente, aos objetivos de crescimento econômico, aumento de emprego e melhoria de distribuição de renda. Segundo, porque o esforço exportador gera ganhos de eficiência que acabam por transformar-se em benefícios diretos para o próprio consumidor doméstico na medida em que propiciam ampliação do poder aquisitivo dos trabalhadores, o que implica em expansão do mercado interno", explica Alabi.

Isso quer dizer que o custo so-

cial das exportações só existe quando essa prática é mal administrada. No caso do Brasil, tanto Macedo quanto Alabi entendem que a priorização das exportações no sentido apenas da obtenção de superávit para pagamento da dívida externa é o principal responsável pelo descompasso entre oferta e demanda de produtos no mercado interno.

"O Brasil tem uma população carente de todo tipo de produto. Qualquer aumento real de salário gera portanto maior consumo que para ser compatibilizado com maior oferta de produtos exige melhorias no processo produtivo. As empresas brasileiras só conseguem aumentar o ritmo da produção com investimentos e importação que exigem recursos, os quais erroneamente são canalizados para pagamento da dívida."

A equação na verdade é mais simples do que parece. Sem alcançar melhores condições no pagamento da dívida externa, o governo brasileiro, na opinião de Odilon Guedes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, não tem como financiar o crescimento da sua economia. A boa performance das exportações que poderia assim ser utilizada no sentido de facilitar maiores importações necessárias à expansão da capacidade produtiva das indústrias se vê, segundo ele, totalmente comprometida com o problema da dívida.

Exportar e crescer

"As exportações são extremamente importantes para o Brasil na medida em que garantem melhoria da qualidade dos produtos — a competição a nível internacional exige isso — e porque garantem recursos necessários à importação. Para crescer o Brasil precisa importar insumos e grandes equipamentos não oferecidos pela indústria brasileira. Para importar o Brasil precisa ter dólares que o governo adquire com a exportação de seus produtos", explica Macedo.

O único problema é que, de acordo com análise feita por Guedes, o governo não está ajustado a essa equação. Ele diz, por exemplo, que o Plano Bresser, apesar de não traduzir um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional, segue as diretrizes básicas ditadas por ele.

Também na opinião de Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, a recuperação recente das exportações decorre do desaquecimento da economia provocado pela política monetária fortemente contracionista posta em prática a partir de janeiro último: "O crescimento das exportações

derivou menos da desvalorização real da taxa de câmbio e mais da queda de salário real superior a 15% do final do ano passado a junho de 1987."

Entendendo o atual momento da renegociação da dívida externa como decisivo, o empresário Percival Lafer, diretor superintendente da Lafer, empresa que atua tanto no mercado interno quanto no mercado externo, diz que o importante agora é se saber o que o governo pretende fazer com os recursos acumulados com a suspensão do pagamento dos juros. Na opinião de Alabi, o governo estará tomando o rumo certo se utilizar parte dos recursos para o pagamento dos juros e parte para o incremento das importações e investimentos.

"O sacrifício imposto à população brasileira não está sendo determinado pelas exportações mas pela necessidade de saldos elevados na balança comercial", arrisca Macedo. "O Plano Bresser, por sua vez, exigiu a compressão de salário e consumo para minimizar o desequilíbrio de oferta e procura provocado pela gestão Funaro." Em 1986, acrescenta Alabi, os salários cresceram 14% e a produtividade em termos de oferta de produtos/penas 8%.

O Plano Bresser também é apontado como avesso ao crescimento do mercado interno na medida em que, de acordo com Antônio Carlos Borges, economista da Federação do Comércio, joga o seu peso no controle exagerado dos preços:

"As exportações são resultado e não causa da compressão do consumo interno. No ano passado, quando o povo brasileiro alcançou melhor poder aquisitivo, poucos empresários continuaram empenhados na exportação de seus produtos. O problema é que agora, como os produtos não estão sendo adquiridos internamente — o povo está sem dinheiro —, os empresários não têm outra saída senão exportar".

"No Brasil, considerando a área do Estado de São Paulo, segundo dados da Fiesp, utilizando-se o índice mão-de-obra/produto gerado, podemos afirmar que uma exportação adicional de US\$ 2 bilhões em produtos manufaturados seria suficiente para absorver cerca de 150 mil empregados, conclui Michel Alabi. Extrapolando-se os índices para contorno mais amplo das fronteiras nacionais poderemos constatar que as exportações de industrializados ao redor de US\$ 15 bilhões assegurarão pelo menos 1,1 milhão de empregos na área industrial."

Salete Lemos